

Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho Espécies Bentónicas Zonas VIII e IX Quarta-feira, 25 de outubro de 2023 - Santiago de Compostela e Videoconferência

Serge Larzabal, presidente do Grupo de Trabalho, deu início à reunião, agradecendo a todos os participantes e, mais especificamente, aos representantes das administrações nacionais bem como da Comissão Europeia. A ordem do dia e o relatório da reunião anterior foram validados por unanimidade.

1. Ponto sobre as atualidades do Grupo de Estados Membros SUL (GEM SUL)

As apresentações foram feitas pela administração francesa (DGAMPA), presidente do Grupo de Estados-membros para 2023.

Jonathan Tholo (DGAMPA) recordou os seguintes pontos:

- Goraz: o grupo de Estados-membros pediu à Comissão Europeia para esta defender a renovação das medidas em vigor, no âmbito das negociações UE-Reino Unido.
- Obrigação de desembarque: a recomendação conjunta adotada em maio de 2023 será transcrita em breve para um ato delegado.
- O GEM SUL assinou e transmitiu uma carta, pedindo à Comissão Europeia para coordenar as respostas dos Estados-Membros às consultas técnicas do Reino Unido.
- Cetáceos: para melhorar a gestão, uma nova recomendação conjunta foi aprovada pelo grupo no outono de 2023. Essa recomendação foca-se no Golfo da Biscaia e impõe, entre outras coisas: a declaração de capturas acidentais, um objetivo de observação a bordo que aumenta entre 2024 e 2026, um encerramento para as artes de risco durante um mês entre Janeiro e Fevereiro de 2024 nas águas francesas, com isenção para as embarcações equipadas com dispositivos técnicos e/ou câmaras.

Em resposta aos membros, foi esclarecido que o encerramento se aplica aos navios de todos os Estados-Membros que pescam em águas francesas com as mesmas condições de isenção. A recomendação conjunta será transmitida aos membros, para estes poderem tomar conhecimento das diferentes isenções disponíveis em função das artes, sendo a lista de dispositivos técnicos utilizáveis transmitida por cada Estado-Membro.

Serge Larzabal (CNPMEM) lembrou então que o Estado francês tem a obrigação legal de aplicar medidas restritivas, o encerramento de um mês é um esforço aceite face às reivindicações de certas ONGs ambientalistas. Devemos testar e estudar os melhores dispositivos para preservar a natureza e o Homem.

David Milly (Pêcheurs d'Aquitaine) perguntou por que motivo a zona de encerramento estava localizada apenas em águas francesas, Hélène Renault (DGAMPA) lembrou então que essa zona tinha sido identificada como sendo de maior risco.

Caroline Alibert Deprez (DGMARE) indicou que a Comissão Europeia transmitirá a recomendação conjunta ao CCTEP para avaliação o mais rapidamente possível, para implementação no inverno de 2024.

Em resposta a Aurelio Bilbao (OPESCAJA), Hélène Renault esclareceu que o número de *pingers* a utilizar depende da arte e do dispositivo selecionado; será necessário consultar o manual de instruções.

Nicolas Fernandez Munoz (OPP Conil) partilhou que, no Golfo de Cádiz os *pingers* usados para afastar os cetáceos acabavam por atraí-los, sinalizando a comida.

2. Cetáceos – Plano Nacional Francês

Fabien Mansanti (DGAMPA), na sequência das discussões, apresentou o plano nacional francês. Este plano complementa a recomendação conjunta, especificando as medidas e os objetivos franco-franceses.

- O equipamento em dispositivos técnicos será acompanhado de auxiliares à instalação, será implementado um protocolo científico de monitorização para melhorar os conhecimentos.
- Um objetivo de 10% de observação a bordo para artes de risco e 100 redeiros e 40 arrastões equipados com câmaras.
- Obrigação de VMS para +8m (já em vigor para +12m)
- Prosseguimento do projeto DELMOGES.

Em resposta aos membros, Hélène Renault esclareceu que a isenção ao encerramento está prevista quer para a utilização de dispositivo técnico, quer para a utilização de câmaras de bordo. Certos dispositivos fixados no casco dos navios para redeiros permitem a ativação pelo pescador ou uma resposta aos sinais dos cetáceos, o que deve ser favorecido, segundo a administração francesa.

Os membros; Aurelio Bilbao (OPESCAJA), Francisco Teixeira (Armadores de Marin), Santiago Folgar Gutierrez (AVOCANO) sublinharam a necessidade de transmitir a lista dos dispositivos utilizáveis o quanto antes assim como os elementos técnicos para os profissionais tomarem uma decisão plenamente informada.

3. Projeto de Parecer TAC 2024

Chloé Pocheau (secretariado do CCSUL) apresentou o projeto de parecer do qual consta, na sequência da não elaboração de um parecer sobre a *Policy Statement*, uma introdução detalhada do atual contexto difícil para o setor e os elementos exteriores ao setor que impactam as unidades populacionais haliêuticas.

Javier Lopez (OCEANA) pediu mais pormenores sobre o pedido de uma “cláusula de estabilidade” para determinadas unidades populacionais. As ONGs ambientais gostariam que fossem definidos limites, de modo a não pôr em perigo a recuperação de uma unidade populacional.

Raul Garcia (WWF), de acordo com Javier Lopez, acrescentou que um quadro de longo prazo (uma estratégia de avaliação de captura) possibilitaria mais estabilidade, sendo então necessários mecanismos de previsão dos riscos.

Sergio Lopez (OPP Burela) lembrou que este pedido de plurianualidade não é novo. No que diz respeito à pescada, persistem dúvidas sobre a qualidade dos dados e relativamente ao lagostim, apesar da sua inclusão num plano de recuperação, as possibilidades de pesca estão a diminuir porque a UF é menor e as mudanças de modelo de gestão não são tidas em consideração.

Nicolas Michelet (CNPMEM) acrescentou que o setor francês queria comunicar o paradoxo entre o balanço da *Policy Statement* - positivo para o Golfo da Biscaia e os pareceres do CIEM - em forte baixa para muitas unidades populacionais. Segundo eles, esta situação é o resultado de evoluções exteriores à pesca profissional, especialmente dois pontos: as alterações climáticas e uma nova modelização das unidades populacionais. Na verdade, relativamente a este último ponto, o CIEM desenvolveu uma nova modelização (RFB rule) para as unidades populacionais DLS, nomeadamente, a Juliana e o Badejo. Isto leva a quedas de 40% das possibilidades de pesca, pelo que o setor pede uma atenuação da queda ou a sua aplicação ao longo de vários anos. A redução será insustentável aplicada tal como está.

Miren Garmendia (OPEGUI) comentou que um compromisso pelo melhoramento dos conhecimentos sobre estas unidades populacionais devia ser feito, dentro de um determinado prazo, para compreender a situação atual.

Javier Lopez (OCEANA) e Raul Garcia (WWF) agradeceram as explicações e insistiram com o facto de não estarem contra uma plurianualidade mas que, deviam ser tomadas garantias e ser transmitida uma mensagem forte de pedido de financiamento de estudos para o melhoramento dos conhecimentos das unidades populacionais. Este parágrafo deverá ser reformulado, de modo a se obter uma opinião consensual. Raul Garcia acrescentou que o pilar socioeconómico da PCP estava a falhar, sendo necessário encontrar objetivos, ganhar resiliência.

David Milly (OP Pêcheurs d’Aquitaine) lembrou que a situação económica da frota europeia (apresentada em maio ao CC SUL) apresentava uma deterioração entre 2022 e 2024. Um

estudo francês também prevê uma deterioração em todos os cenários estudados. A redução proposta dos TACs acentuará esse efeito.

Caroline Alibert-Deprez (DGMARE) indicou que a Comissão Europeia estaria interessada em receber esses resultados, para dar uma visão geral da frota.

Serge Larzabal (presidente do grupo de trabalho) concluiu que seria concedido algum tempo aos membros para proporem uma reformulação do parágrafo relativo à plurianualidade. Os membros também seriam chamados a comentarem cada unidade populacional.

4. Projeto de Parecer EMV

Após a apresentação do projeto de parecer transmitido pelo CC Noroeste, Ana Matias (SCIEANA) em nome das ONGs ambientais do CC SUL solicitou um prazo de resposta adicional para estudar o projeto. Javier Lopez (OCEANA) comentou que a adoção de um parecer comum deveria ser trabalhada mais a montante, com reuniões conjuntas - os prazos propostos hoje são muito curtos, o procedimento seguido não parece adequado, a seu ver.

Tendo em conta os elementos de calendário fornecidos por Caroline Alibert-Deprez (DGMARE): um relatório atualizado do CSTEP estará disponível em meados de novembro, pelo que será solicitado um prazo ao CC Noroeste. Caso não seja possível a adoção de um parecer comum, o CC SUL poderá e deverá redigir o seu próprio parecer.

Sergio Lopez (OPP BURELA) lembrou que esse pedido foi feito aquando de uma sessão do grupo de trabalho do CC Noroeste, reunido há umas semanas, tendo o projeto de parecer já recebido uma pré-aprovação durante essa reunião. Pretende-se elaborar um parecer que apoie a necessidade de uma análise de impacto socioeconómico dos encerramentos propostos, pois são insustentáveis para a frota de palangres representada por Sergio Lopez. A regulamentação está mal feita, segundo ele, pelo que deveria ser suspensa até à receção de estudos científicos adequados.

5. Apresentação socioeconómica da Universidade de Santiago de Compostela (disponível no site do CCSUL)

Gonzalo Rodriguez (Universidade de Santiago de Compostela) realizou e apresentou o estudo de impacto económico do encerramento das zonas EMV sobre a frota da OPP Burela (Especializada na palangre). O objetivo é determinar se a frota permanece viável a médio prazo. Foram estudados três cenários com parâmetros diferentes sobre a evolução dos custos e da produção e confirma-se que os três cenários estudados concluem para perdas económicas e declínio social (perda de empregos). Esta frota tão especializada e tradicional não tem alternativa e a médio prazo não é viável, qual quer que for o cenário.

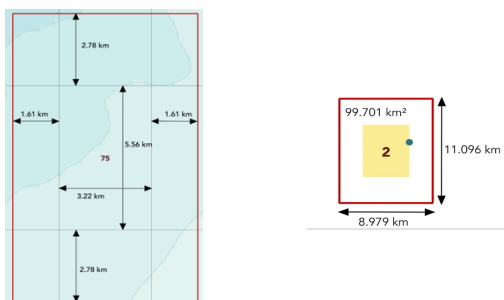
Sergio Lopez (OPP BURELA) agradeceu a apresentação e destacou a colaboração da sua organização na obtenção dos dados, os trabalhos serão prosseguidos para a atualização dos dados.

Juan Manuel Trujillo (ETF) comentou que uma deterioração do setor da pesca europeia teria consequências sobre a independência alimentar da União em benefício de países terceiros, especialmente, da China, o que vai contra os interesses europeus.

Os navios chineses pescam sem limites e iniciam uma nova Rota da Seda em todo o mundo, nenhum dado é transmitido às organizações internacionais, usam bandeiras de outros países, a rastreabilidade dos seus produtos deve melhorar.

Raul Garcia (WWF) questionou-se relativamente à transferência de dados dos Estados-membros para o CIEM, pois não parece estar a funcionar corretamente. A questão da China está a ser estudada no LDAC, trata-se da competitividade da frota europeia, temos de perceber se algum mecanismo a impacta.

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) apresentou o mapa abaixo para demonstrar a diferença de tamanho entre os *c-square* do norte da Europa e do sul da Europa. Indica ainda que o tamanho da zona tampão é diferente entre o eixo norte-sul e o eixo este-oeste. Estas diferenças deveriam ser homogeneizadas. Em resposta a Francisco Teijeira (Armadores de Marin), é claramente especificado que as zonas utilizadas são exemplos: o problema é idêntico para todos os *c-squares*.



6. Questões diversas

O secretariado do CC SUL informou os membros que o questionário sobre as medidas técnicas da Comissão Europeia será em breve transmitido aos membros, após proposta dos primeiros comentários por parte dos presidentes dos grupos.

BALANÇO:

- Os membros receberam uma primeira informação sobre a recomendação conjunta relativa aos cetáceos, cada Estado-Membro terá de fornecer uma lista de dispositivos técnicos utilizáveis até janeiro de 2024.



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

- Os membros disporão de um prazo suficiente para comentar o projeto de parecer dos TACs 2024 perante o Comité Executivo de novembro.
- Será solicitado um prazo adicional ao CC Noroeste para responder à sua consulta sobre o seu projeto de parecer.

